

Sumário

PARTE I INTRODUÇÃO

Capítulo 1 ► Noções fundamentais	43
1. Teorias sobre os sistemas de justiça.....	43
2. Três conceitos fundamentais: justiça, portas de acesso à justiça e problema jurídico.....	45
3. Administração judiciária e administração da justiça	47
4. O sistema multiportas. A necessidade de reconstrução da ideia dos anos 70 do século XX: do átrio para a praça.....	48
5. A inserção deste tema no objeto de preocupação dos processualistas	50
Capítulo 2 ► Panorama histórico	53
1. Generalidades	53
2. Atos normativos gerais	54
3. Decisões do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral	91
4. Diretrizes jurisprudenciais do sistema de justiça multiportas: sistematização da visão do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	120
Capítulo 3 ► Características do sistema brasileiro de justiça multiportas	123
1. Introdução.....	123
2. Auto-organização: construção paulatina, progressiva e sem planejamento.....	124
2.1. Introdução	124
2.2. A interação entre sujeitos integrantes do sistema de justiça multiportas	127
2.3. O Conselho Nacional de Justiça no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	127
3. Abertura	128
3.1. Sujeitos.....	128
3.2. Abrangência de todos os modos de solução de problemas jurídicos.....	131
3.3. Portas	133
3.4. Fontes	135
3.5. Formas processuais.....	136
3.6. Conclusão parcial: sistema brasileiro de justiça multiportas como um <i>ever-expanding system</i>	137
4. Preferência pela solução consensual (§§ 2º e 3º do art. 3º do CPC)	139
5. Adoção do modo adequado para a solução do problema jurídico.....	143
5.1. Generalidades	143
5.2. A teoria das capacidades institucionais	144
5.2.1. Generalidades	144
5.2.2. O papel da deferência judicial em matérias políticas e técnicas	150

5.2.3. A não decisão pelo Poder Judiciário.....	151
5.3. A dinamicidade do juízo de adequação.....	154
5.4. A adequação de acordo com os sujeitos envolvidos no processo. A situação dos grupos vulneráveis.....	155
5.5. O controle da adequação.....	156
6. Integração.....	160
6.1. Generalidades. O CPC como diploma normativo central de organização do sistema brasileiro de justiça multiportas.....	160
6.2. Interação indireta.....	163
6.3. Interação direta: sem coordenação ou com coordenação.....	165
6.4. Repercussões do caráter integrado do sistema sobre o regime jurídico aplicável aos sujeitos que nele atuam.....	170

PARTE II

MODOS DE SOLUÇÃO DE PROBLEMAS JURÍDICOS

Capítulo 4 ► Soluções consensuais	177
1. Generalidades.....	177
2. Negociação direta.....	179
2.1. Generalidades	179
2.2. <i>Collaborative law</i>	180
3. Com a participação de terceiro.....	182
3.1. Conciliação e mediação.....	182
3.1.1. Distinções e semelhanças.....	182
3.1.2. Normas que regem a conciliação e a mediação.....	184
3.1.3. Centro de solução de conflitos.....	187
3.1.4. Sistema Informatizado para a Resolução de Conflitos por meio da Conciliação e Mediação – SIREC.....	188
3.1.5. Comissões de Soluções Fundiárias. A figura das visitas técnicas.....	191
3.2. Avaliação imparcial de terceiro.....	192
3.3. Justiça restaurativa.....	194
4. Negócios de certificação.....	196
5. Homologação judicial de acordo extrajudicial.....	196
6. A consensualidade e o Direito Público	199
6.1. Generalidades	199
6.2. Objeto do problema jurídico.....	201
6.3. Modo de solução do problema jurídico.....	202
6.4. Aplicação de sanções administrativas.....	204
Capítulo 5 ► Heterocomposição	209
1. Generalidades.....	209
2. Algumas palavras sobre heterocomposição e jurisdição	210
3. Motivação.....	211
4. Heterocomposição e respeito aos precedentes	215
4.1. Generalidades	215

4.2.	Deveres previstos no art. 926 do Código de Processo Civil.....	216
4.2.1.	Dever de uniformização da jurisprudência.....	216
4.2.2.	Dever de coerência.....	217
4.2.3.	Dever de integridade.....	219
4.3.	O sistema brasileiro de precedentes administrativos obrigatórios.....	221
4.4.	Perspectiva externa.....	225
4.4.1.	Generalidades e o dever de consultar.....	225
4.4.2.	Arbitragem e precedentes judiciais.....	227
4.5.	Reclamação contra ato de ente administrativo ou de controle.....	228
5.	Imparcialidade.....	233
5.1.	Generalidades.....	233
5.2.	O dever geral de imparcialidade e a tutela da aparência de imparcialidade.....	235
5.3.	Sobre a imparcialidade na arbitragem.....	237
Capítulo 6 ▶	Autotutela.....	241
1.	Conceito.....	241
2.	A reabilitação da autotutela.....	242
3.	Abrangência e natureza jurídica da autotutela.....	243
4.	A autotutela na legislação brasileira.....	247
5.	Modalidades de autotutela.....	251
6.	Autotutela de origem convencional.....	254
7.	A autotutela administrativa: aspectos processuais.....	259
7.1.	Autoexecutoriedade e interesse de agir.....	259
7.2.	Anulação dos próprios atos.....	261
7.2.1.	Autotutela administrativa e devido processo.....	261
7.2.2.	Consideração das consequências práticas da decisão.....	262
7.2.3.	Preservação da estabilidade, integridade e coerência.....	263
Capítulo 7 ▶	Execução extrajudicial.....	265
1.	Introdução.....	265
2.	Execução extrajudicial e autotutela.....	267
3.	Modalidades de desjudicialização da execução.....	268
4.	A figura do agente de execução.....	270
5.	O contrato de administração fiduciária de garantias.....	272
5.1.	O agente de garantia e a execução extrajudicial.....	272
5.2.	Agente de garantia e agentes fiduciários.....	273
6.	Panorama legislativo.....	274
6.1.	Execução hipotecária (a Lei n. 14.711/2023 e a revogação da disciplina prevista no Decreto-Lei n. 70/1966).....	274
6.1.1.	O Decreto-Lei n. 70/1966.....	274
6.1.2.	Execução hipotecária na Lei n. 14.711/2023 (Marco Legal das Garantias). ..	277
6.2.	Execução do contrato de alienação fiduciária de imóvel (Lei n. 9.514/1997).....	279
6.3.	Execução do contrato de alienação fiduciária de bem móvel (Decreto-Lei n. 911/1969).....	283

6.4. Adjudicação compulsória extrajudicial	285
6.5. Conclusões parciais.....	287
7. Propostas legislativas.....	288
7.1. Generalidades	288
7.2. Experimentos jurídicos de regulação e execução extrajudicial.....	290
8. Desjudicialização da execução independentemente de modificação legislativa.....	293
8.1. Cooperação interinstitucional	293
8.2. Execução extrajudicial convencional	294
8.2.1. Generalidades	294
8.2.2. Smart contracts e execução extrajudicial convencional.....	295
9. Conclusão: a execução sob a perspectiva da justiça multiportas.....	296

PARTE III NORMAS E INSTITUTOS FUNDAMENTAIS

Capítulo 8 ► Acesso à justiça e inafastabilidade da jurisdição.....	303
1. Acesso à justiça em um sistema de justiça multiportas.....	303
2. Diretrizes para a compreensão do novo conteúdo dogmático do acesso à justiça	308
2.1. Pluralidade de instâncias (estatais ou não)	308
2.2. O direito de informação.....	309
2.3. Observância dos direitos processuais fundamentais.....	309
2.4. A análise de capacidades institucionais.....	309
2.5. O exame de adequação.....	309
2.6. O juízo referencial.....	311
3. Acesso à justiça sob a perspectiva do juízo de adequação e o papel do Poder Judiciário ..	311
4. O conteúdo da garantia da inafastabilidade da jurisdição	315
4.1. Generalidades	315
4.2. Poder Judiciário como porta cujo uso deve ser justificado	316
4.2.1. Porta para direitos a uma prestação e para ações constitutivas não neces- sárias.....	316
4.2.2. Porta de urgência	317
4.2.3. Porta de controle	317
4.2.4. Porta-garantida.....	318
4.3. Porta necessária (ações necessárias)	318
5. Algumas conclusões sobre o perfil contemporâneo do acesso à justiça no Brasil.....	318
6. Acesso à justiça e litigância ABUSIVA	320
6.1. Introdução	320
6.2. Aproximações conceituais. A experiência dos Estados Unidos da América: <i>sham litigation, frivolous litigation, vexatious litigation, predatory litigation, improper litigation</i> e <i>strategic lawsuit against public participation</i> . Litigância repetitiva.	325
6.3. A litigância abusiva como ato ilícito violador da cláusula geral de boa-fé proces- sual. A Recomendação n. 159/2024 do Conselho Nacional de Justiça.....	332

6.4. O Conselho Nacional de Justiça e o tratamento da litigância abusiva	339
6.5. A litigância abusiva em outras portas de acesso à justiça.....	340
6.6. Enfrentamento da litigância abusiva	342
7. Acesso à justiça sob a perspectiva das despesas processuais.....	348
7.1. Gratuidade no acesso à justiça	349
7.2. Assistência judiciária	350
7.3. Despesas processuais e estrutura de incentivos ao comportamento no processo	352
7.4. Despesas para a solução de problemas jurídicos e gratuidade em outras portas de acesso à justiça.....	354
7.5. Financiamento processual (<i>third-party funding</i>).....	359
Capítulo 9 ► Devido processo	361
1. Considerações gerais	361
2. Conteúdo.....	362
3. Devido processo e relações jurídicas privadas.....	363
4. Devido processo e justiça multiportas.....	365
Capítulo 10 ► Interesse de agir.....	369
1. Generalidades	369
2. Evolução normativa e jurisprudencial acerca do interesse de agir	370
2.1. Tribunal Europeu de Direitos Humanos e Tribunal de Justiça da União Europeia...	370
2.2. Panorama normativo e jurisprudencial no Brasil.....	370
2.3. A experiência no Tribunal de Justiça do Maranhão e no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.....	376
3. A reconstrução do interesse de agir no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	380
3.1. Generalidades	380
3.2. Processo judicial.....	381
3.2.1. Ações constitutivas. O problema das “ações necessárias”	381
3.2.2. Ações condenatórias. A questão da tentativa extrajudicial de solução do problema jurídico	384
3.2.3. Ações declaratórias.....	388
3.3. Interesse de agir e outras portas de acesso à justiça.....	388
Capítulo 11 ► Duração razoável do processo	391
1. Generalidades	391
2. Parâmetros para análise da duração razoável do processo.....	392
3. A duração razoável do processo no ordenamento jurídico brasileiro	392
4. Instrumentos para a concretização do direito à razoável duração do processo judicial.....	398
5. Duração razoável do processo de solução de problemas jurídicos: a resignificação do art. 5º, LXXVIII, da CF e do art. 4º do CPC no contexto do sistema brasileiro de justiça multiportas.....	399

PARTE IV SUJEITOS E PORTAS

Capítulo 12 ► Poder Judiciário.....	407
1. Premissas conceituais acerca da organização do Poder Judiciário	407
1.1. Instância.....	407
1.2. Varas e Juizados. Divisões territoriais.....	408
1.3. Tribunais	409
1.4. Núcleos de Justiça 4.0.....	410
1.5. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos.....	414
1.6. Centros de Inteligência	415
2. Estrutura e competência dos órgãos do Poder Judiciário.....	417
2.1. Introdução	417
2.2. Supremo Tribunal Federal.....	417
2.3. Superior Tribunal de Justiça.....	419
2.4. Justiça Federal.....	420
2.5. Justiça Estadual e do Distrito Federal e Territórios	422
2.6. Justiça do Trabalho	422
2.7. Justiça Eleitoral	423
2.8. Justiça Militar.....	425
2.9. Justiça de paz.....	427
3. O Conselho Nacional de Justiça.....	429
4. Conselho Superior da Justiça Federal e Conselho Superior da Justiça do Trabalho	436
5. O Poder Judiciário e o tratamento adequado de problemas jurídicos	438
Capítulo 13 ► Árbitros, câmaras e tribunais arbitrais.....	441
1. Generalidades	441
2. Panorama normativo da arbitragem no Brasil	443
3. Características da arbitragem	446
4. Arbitragem e Poder Público	447
4.1. Aspectos gerais.....	447
4.2. Incompatibilidade com a cláusula <i>choice of law</i>	448
4.3. Preferência pela arbitragem institucional.....	449
4.4. Objeto.....	450
5. Interação entre a arbitragem e o Poder Judiciário.....	452
5.1. Generalidades	452
5.2. Cooperação interinstitucional. Carta arbitral.....	454
5.3. Conflito de competência	455
Capítulo 14 ► Câmaras de conciliação e mediação	457
1. Generalidades	457
2. Câmaras privadas de conciliação e mediação	457
3. Câmaras administrativas de mediação e conciliação	458

Capítulo 15 ▶ Tribunais administrativos	461
1. Generalidades.....	461
2. Os tribunais administrativos tributários.....	463
2.1. Modelo federativo e diversidade de configuração dos tribunais administrativos tributários.....	463
2.2. O papel dos tribunais administrativos tributários no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	465
2.3. Julgamento de casos repetitivos no âmbito de tribunais administrativos tributários.....	467
3. Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).....	468
3.1. Generalidades.....	468
3.2. Tribunal Administrativo de Defesa Econômica.....	469
3.2.1. Estrutura e composição.....	469
3.2.2. Competência.....	470
3.3. Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica.....	472
3.4. Autocomposição no Conselho Administrativo de Defesa Econômica.....	473
4. Tribunal Marítimo.....	475
Capítulo 16 ▶ Tribunais de Contas	477
1. Generalidades.....	477
2. A posição dos Tribunais de Contas no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	478
3. O processo de controle.....	480
3.1. Generalidades.....	480
3.2. Consensualidade e controle externo.....	481
4. Consulta aos Tribunais de Contas.....	484
Capítulo 17 ▶ Portas de regulação	485
1. Premissas conceituais.....	485
1.1. Regulação.....	485
1.2. Heterorregulação.....	486
1.3. Autorregulação.....	487
1.4. Corregulação.....	489
1.5. <i>Smart regulation</i>	489
2. Agências reguladoras.....	490
2.1. Generalidades.....	490
2.2. Autocomposição.....	491
2.2.1. Estímulo à solução consensual de problemas jurídicos no setor regulado.....	491
2.2.2. <i>Online dispute resolution</i> e agências reguladoras.....	493
2.2.3. Compromisso de ajustamento de conduta.....	495
2.3. Heterocomposição.....	495
2.3.1. O processo decisório nas agências reguladoras. A figura do “arbitramento”.....	495
2.3.2. Arbitragem em setores regulados.....	499
2.4. Interação com outras portas de acesso à justiça.....	501

3.	Entidades de autorregulação	505
3.1.	Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR).....	505
3.2.	BSM Supervisão de Mercados.....	507
3.3.	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA.....	511
3.4.	Ordem dos Advogados do Brasil e Conselhos profissionais.....	514
3.5.	Justiça Desportiva	517
3.6.	Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – ECAD.....	518
3.7.	<i>Oversight Board (Meta)</i>	521
Capítulo 18 ► Ministério Público		523
1.	Introdução.....	523
2.	Organização.....	524
3.	O Conselho Nacional do Ministério Público.....	527
4.	O Ministério Público no sistema brasileiro de justiça multiportas	529
Capítulo 19 ► Defensoria Pública		539
1.	Introdução.....	539
2.	Organização.....	539
3.	Defensoria Pública, justiça multiportas e acesso à justiça no Brasil	541
4.	Atuação como <i>amicus curiae</i> e como <i>custos vulnerabilis</i>	546
Capítulo 20 ► Advocacia		549
1.	O art. 133 da Constituição Federal e a advocacia no sistema brasileiro de justiça multiportas	549
2.	A peculiaridade da advocacia para a solução consensual do problema jurídico	551
3.	Advocacia pública	553
3.1.	Organização	553
3.2.	A advocacia pública no sistema brasileiro de justiça multiportas	555
Capítulo 21 ► Serventias extrajudiciais		563
1.	Os serviços notariais e de registro	563
2.	Disciplina normativa das serventias extrajudiciais	566
2.1.	Generalidades	566
2.2.	O papel do Conselho Nacional de Justiça na regulamentação das serventias extrajudiciais.....	567
3.	As serventias notariais e de registro no Código de Processo Civil	572
4.	As serventias extrajudiciais no sistema de justiça multiportas.....	573
4.1.	Serventias extrajudiciais e acesso à justiça	573
4.2.	Conciliação e mediação. Estímulo à solução consensual.....	576
4.2.1.	Generalidades	576
4.2.2.	Renegociação de dívidas protestadas e proposta de solução negocial prévia ao protesto	578
4.2.3.	Negociação alusiva a precatório e a crédito reconhecido em sentença transitada em julgado.....	579
4.3.	Cooperação interinstitucional.....	580
4.4.	Desjudicialização da execução civil	581

Capítulo 22 ► <i>Dispute boards</i> – comitês de resolução de disputas	583
1. Generalidades	583
2. Natureza jurídica.....	585
3. Espécies	587
4. Composição do comitê.....	589
5. Interação com o Poder Judiciário ou o juízo arbitral.....	590
6. Contribuições do comitê de resolução de disputas para o processo estrutural	591
Capítulo 23 ► Litigantes habituais.....	595
1. O litigante habitual no sistema brasileiro de justiça	595
2. Litigantes habituais e litigantes eventuais.....	596
3. O Poder Público como principal litigante habitual no Brasil	599
4. Estratégias de enfrentamento dos efeitos da litigância habitual.....	601
4.1. Visão geral.....	601
4.2. Iniciativas exclusivas do próprio litigante habitual.....	602
4.3. Iniciativas de entes de controle e instituições privadas	603
4.4. Iniciativas no âmbito do Poder Judiciário.....	607
4.4.1. Ações coletivas e julgamento de casos repetitivos	607
4.4.2. Cooperação judiciária	607
4.4.2.1. Centralização de processos repetitivos.....	608
4.4.2.2. Protocolos institucionais com litigantes habituais.....	610
4.4.2.2.1. Generalidades.....	610
4.4.2.2.2. O caso do “Ato Trabalhista”, ou plano especial de pagamento trabalhista, para a centralização de execuções contra entidades desportivas	613
4.4.2.2.3. Celebração de protocolos institucionais com litigantes habitu- ais e dever de imparcialidade.....	614
4.4.2.2.4. Protocolos institucionais com entidades responsáveis pela ma- nutenção de ODR’s.....	615
4.4.3. Mutirões de conciliação.....	615
4.4.4. Sistema Informatizado para a Resolução de Conflitos por meio da Conci- liação e Mediação – SIREC	615
4.4.5. Centros de Inteligência	616
4.4.6. Núcleos de Justiça 4.0.....	618
4.4.7. A Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário no âmbito do Poder Judiciário.....	618
4.4.8. Publicização do comportamento	620
5. Execuções fiscais. O julgamento do RE n. 1.355.208 pelo Supremo Tribunal Federal e a Resolução n. 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça	620
Capítulo 24 ► Litigantes vulneráveis.....	625
1. Generalidades	625
2. O Código de Processo Civil e as pessoas vulneráveis.....	626
3. A curatela especial e o dever judicial de zelar pela igualdade processual	628

4. Outras técnicas destinadas à adequação do processo para o acesso ao poder judiciário por litigantes vulneráveis.....	630
5. Algumas palavras sobre a indisponibilidade do direito e sua relação com os modos adequados de solução de problemas jurídicos.....	634
6. Pessoas com deficiência.....	637
7. Crianças e adolescentes.....	638
8. Pessoas Idosas.....	640
9. Mulheres. O Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero.....	641
10. Pessoas negras. Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial.....	643
11. População LGBTQIAPN+.....	645
12. Indígenas e comunidades quilombolas.....	646
13. Pessoas em situação de rua.....	652
14. Excluídos digitais.....	654
15. Migrantes.....	656
16. Consumidores.....	656
17. Trabalhadores.....	657
Capítulo 25 ► Outros sujeitos e outras portas.....	659
1. Introdução.....	659
2. Poder Legislativo.....	660
2.1. Generalidades.....	660
2.2. Cassação de mandato.....	661
2.3. Julgamento de crimes de responsabilidade.....	661
3. Controladoria-Geral da União.....	663
4. Procon.....	665
5. Conselho Tutelar.....	666
6. Polícias.....	668
6.1. Generalidades.....	668
6.2. Mediação e conciliação.....	669
6.3. Concessão de medidas protetivas em casos de violência doméstica ou familiar...	671
6.4. Colaboração premiada.....	673
6.5. Conclusões.....	674
7. Escritórios de prática jurídica.....	675
8. Tribunais eclesiais.....	676
9. Tribunais consuetudinários e povos tradicionais.....	677
10. Associações, condomínios e grupos sociais.....	680
11. Sistema administrativo de conflitos de internet relativos a nomes de domínios “.br” (SACI-Adm).....	682

PARTE V

ALGUNS SUBSISTEMAS DE JUSTIÇA MULTIPORTAS

Capítulo 26 ► Justiça constitucional multiportas.....	689
1. A figura do guardião da Constituição.....	689
2. Manifestações do sistema de justiça multiportas na jurisdição constitucional.....	691

2.1. Premissa: interferências recíprocas entre o sistema de justiça multiportas e a jurisdição constitucional.....	691
2.2. Primeiro vetor: da justiça multiportas à jurisdição constitucional.....	691
2.3. Segundo vetor: da jurisdição constitucional à justiça multiportas. O papel da jurisdição constitucional na construção do sistema.....	692
3. Processos constitucionais e autocomposição.....	693
3.1. A promoção da solução consensual dos problemas jurídicos no âmbito da jurisdição constitucional.....	693
3.2. Exemplos.....	697
4. Deferência judicial, diálogo institucional e juízo de capacidades institucionais na jurisdição constitucional.....	703
4.1. Generalidades.....	703
4.2. Exemplos.....	704
Capítulo 27 ► Justiça eleitoral multiportas.....	707
1. Introdução.....	707
2. Compromisso de ajustamento de conduta em matéria eleitoral.....	707
3. A Resolução n. 23.478/2016 do Tribunal Superior Eleitoral e a autocomposição eleitoral.....	710
Capítulo 28 ► Justiça trabalhista multiportas.....	715
1. Introdução.....	715
2. A interação entre o Processo Civil e o Processo do Trabalho.....	715
3. A autocomposição na solução de problemas jurídicos trabalhistas.....	724
3.1. Generalidades.....	724
3.2. Autocomposição coletiva.....	725
3.3. Autocomposição coletiva e o Supremo Tribunal Federal.....	728
3.4. Autocomposição individual.....	730
3.5. Homologação judicial de acordo extrajudicial (arts. 855-B a 855-E, CLT). A Resolução n. 586/2024 do CNJ.....	736
3.6. Reclamação pré-processual. A Resolução n. 377/2024 do CSJT.....	739
3.7. Negócios processuais na Justiça do Trabalho.....	742
4. Arbitragem.....	743
5. Autotutela.....	746
Capítulo 29 ► Justiça penal multiportas.....	747
1. Introdução.....	747
2. A interação entre o Processo Civil e o Processo Penal.....	750
3. A adoção do modo adequado para a solução do problema jurídico em âmbito penal.....	752
4. O autorregramento da vontade no âmbito penal. Negócios jurídicos na justiça penal.....	756
5. Panorama normativo da consensualidade no Processo Penal.....	762
6. Institutos relevantes na justiça penal multiportas.....	767
6.1. Transação penal nos Juizados Especiais.....	767
6.2. Suspensão condicional do processo.....	768
6.3. Colaboração premiada.....	769
6.4. Acordo de leniência.....	773
6.5. Acordo de não-persecução penal.....	775

6.6. Mediação e conciliação em delegacias de polícia	777
6.7. Concessão de medidas protetivas por autoridade policial	777
7. Aplicação de sanções por povos tradicionais.....	778
8. Autotutela: a legítima defesa. O art. 345 do Código Penal	778

PARTE VI CATALISADORES

Capítulo 30 ► Cooperação judiciária e outros mecanismos de articulação institucional.....	783
1. Cooperação judiciária.....	783
1.1. Panorama normativo	783
1.2. Funções no sistema de justiça multiportas.....	787
1.3. Protocolos institucionais.....	788
1.3.1. Compreensão	788
1.3.2. Os protocolos institucionais na teoria das fontes do Direito Processual ...	790
2. Articulação administrativa.....	791
2.1. Generalidades. O paradigma da articulação administrativa.....	791
2.2. A introdução da figura da decisão administrativa coordenada no ordenamento jurídico brasileiro	793
2.3. Formação compartilhada de precedentes administrativos vinculantes.....	795
Capítulo 31 ► Procedimentos probatórios preparatórios	797
1. Introdução.....	797
2. Produção antecipada da prova	798
2.1. A produção antecipada da prova no sistema brasileiro de justiça multiportas.....	798
2.2. Produção antecipada da prova e arbitragem.....	800
3. Elementos probatórios produzidos por comissão parlamentar de inquérito	800
4. Inquérito civil	803
5. Outros procedimentos administrativos probatórios.....	804
6. Procedimentos probatórios preparatórios e dever de apresentação das provas obtidas ...	807
Capítulo 32 ► Livre trânsito: trânsito de técnicas e trânsito entre portas	809
1. Livre trânsito de técnicas entre portas de acesso à justiça	809
2. Livre trânsito entre portas	811
3. Conclusões.....	816
Capítulo 33 ► Tecnologia e justiça multiportas	817
1. Introdução.....	817
2. Premissas conceituais	819
2.1. <i>Big data</i>	819
2.2. Algoritmo	820
2.3. Inteligência artificial	821
3. Da praça ao átrio: um tribunal digital multiportas.....	822
3.1. Uma nova perspectiva para a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro....	822
3.2. <i>Application Programming Interface</i> (API) e integração de portas de acesso à justiça	826

4.	Tribunais <i>online</i> . Inteligência artificial e solução de problemas jurídicos.....	827
4.1.	Generalidades	827
4.2.	Aplicações da inteligência artificial no Poder Judiciário	829
4.3.	Inteligência artificial e função decisória. “Tribunais algorítmicos”	831
5.	<i>Online dispute resolution</i> (ODR).....	834
5.1.	Generalidades	834
5.2.	Modalidades de <i>online dispute resolution</i>	837
5.3.	<i>Online dispute prevention</i>	838
6.	A tecnologia <i>blockchain</i>	838
7.	<i>Smart contracts</i>	840
7.1.	Generalidades	840
7.2.	<i>Smart contracts</i> e arbitragem	841
7.2.1.	A tecnologia na arbitragem	841
7.2.2.	<i>Multi-signature address</i>	842
7.2.3.	<i>Blockchain oracles</i>	843
7.2.4.	<i>Crowdsourced arbitration</i>	843
7.3.	<i>Blockchain, tokens</i> e <i>smart contracts</i> nas serventias extrajudiciais.....	845
7.3.1.	O uso da tecnologia <i>blockchain</i> nas serventias extrajudiciais.....	845
7.3.2.	<i>Tokenização</i> e serventias extrajudiciais.....	846
7.3.2.1.	Generalidades.....	846
7.3.2.2.	A tokenização e os direitos sobre os imóveis.....	848
7.3.3.	<i>Smart contracts</i> e serventias extrajudiciais	850
7.4.	<i>Smart contracts</i> e autotutela.....	850
7.4.1.	“Mitos” sobre os <i>smart contracts</i>	851
7.4.1.1.	Relação necessária com o cumprimento totalmente automatizado	851
7.4.1.2.	Eliminação de ambiguidades	851
7.4.1.3.	Eliminação da possibilidade de ocorrência de problemas jurídicos.....	853
7.4.2.	Contribuições dos <i>smart contracts</i> para a autotutela de origem convencional.....	853
8.	Jurimetria e justiça multiportas	854
Capítulo 34 ► Negócios sobre o processo de solução de um problema jurídico		859
1.	Notas sobre a relação entre a liberdade e os métodos de solução de problemas jurídicos.....	859
2.	Criação de novas portas de acesso à justiça	862
3.	Interação entre portas de acesso à justiça: os negócios multiportas.....	863
4.	Pacto de <i>non petendo</i> e os negócios multiportas.....	866
5.	Interpretação dos negócios sobre a solução de um problema jurídico. Negócios de certificação	870
6.	Negócios sobre o modo de solução de um problema jurídico no âmbito do processo administrativo.....	874
7.	Administração judiciária negocial e o Conselho Nacional de Justiça: negócios processuais de administração da justiça.....	876

7.1. Observação inicial	876
7.2. O Conselho Nacional de Justiça e a cláusula geral de negociação processual do CPC.....	877
Capítulo 35 ► Design de solução de problemas jurídicos.....	879
1. Introdução.....	879
2. Abrangência do <i>design</i> de solução de problemas jurídicos.....	880
3. Etapas do <i>design</i> de solução de problemas jurídicos.....	881
3.1. Generalidades	881
3.2. Realização do diagnóstico	883
3.3. Definição do modo mais adequado para a solução do problema jurídico	886
3.4. Execução e revisão.....	889
4. Algumas variáveis relevantes.....	889
PARTE VII	
ENSINO SOBRE O SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIORTAS NO BRASIL	
Capítulo 36 ► Ensino (graduação e pós-graduação)	895
1. Nota introdutória.....	895
2. Panorama do ensino sobre o sistema de justiça multiortas no Brasil.....	896
3. Posição da disciplina <i>Introdução ao Sistema Brasileiro de Justiça</i> na grade curricular na graduação em Direito e relação com outras disciplinas	898
4. Conteúdo da disciplina <i>Introdução ao Sistema Brasileiro de Justiça</i>	900
4.1. Conceitos elementares.....	900
4.2. Características do sistema.....	901
4.3. Modos de solução de problemas jurídicos	901
4.4. Sujeitos do sistema brasileiro de justiça multiortas	901
4.5. Institutos catalisadores do sistema.....	901
4.6. Tecnologia e sistema de justiça.....	902
5. Proposta de disciplina na graduação em Direito.....	902
6. A disciplina <i>Sistema Brasileiro de Justiça</i> como componente curricular no mestrado e no doutorado em Direito	903
7. Conclusões	903
Referências bibliográficas	905
LINHA DO TEMPO I ► Estruturação normativa do sistema de justiça multiortas	
Atos normativos gerais (1966-).....	943
LINHA DO TEMPO II ► Desenvolvimento jurisprudencial do sistema de justiça multiortas	
Decisões STF e STJ (1971-).....	947
ENUNCIADOS	951